



SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 29.554.549/0001-00

Relatório da administração (Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP)** - A RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 120.163, um incremento de 4,23% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 de R\$ 115.290, decorrente principalmente do reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). **(b) Dividendos** - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou um montante de R\$ 94.011 referente a dividendos. **(c) Disponibilidade da linha de transmissão** - A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2024 e 2023 foi 99,94% e 99,97%, respectivamente. **(d) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures** - Durante o exercício findo em 2024 foram pagos R\$ 17.514 de principal e R\$ 13.421 de juros, sendo R\$ 14.996 e R\$ 5.030 do financiamento e R\$ 2.518 e R\$ 8.391 das debêntures, respectivamente. **(e) Auditores Independentes** - A KPMG Auditores Independentes Ltda foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 145. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria. A contratação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal, não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro - (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	
Caixa e equivalentes de caixa		184	157	Fornecedores	11	6.585	6.677
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	21.714	50.043	Financiamento	12	25.174	20.506
Concessionárias e permissionárias	9	11.601	10.957	Debêntures	12	4.381	2.916
Ativo de contrato	10	109.970	105.740	Salários e encargos a pagar		791	604
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.451	7.322	Outros impostos e contribuições a recolher		1.429	2.627
Outros impostos e contribuições a recuperar		57	209	Pis e Cofins diferidos	13	9.700	9.326
Despesa antecipada	12 (c)	3.067	-	Dividendos	21 (c)	7.714	6.314
Outros ativos		2.402	8.065	Encargos setoriais		1.658	1.214
Total do ativo circulante		154.447	182.493	Contas a pagar		-	8.099
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	22.341	20.610	Outros passivos		5.210	11.094
Ativo de contrato	10	1.396.627	1.375.259	Total do passivo circulante		62.642	69.377
Total do realizável a longo prazo		1.418.968	1.395.869	Financiamento	12	793.730	750.986
Total do ativo não circulante		1.418.968	1.395.869	Debêntures	12	132.545	129.220
Total do ativo		1.573.415	1.578.362	Pis e Cofins diferidos	13	128.663	126.752
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	178.901	162.162
				Total do passivo não circulante		1.233.839	1.169.120
				Total dos passivos		1.296.481	1.238.497
				Capital social	16 (a)	161.600	161.600
				Dividendo adicional proposto	16 (c)	23.143	17.698
				Reserva de lucros	16 (b)	92.191	160.567
				Total do patrimônio líquido		276.934	339.865
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.573.415	1.578.362

Demonstrações do resultado abrangente				Demonstrações dos fluxos de caixa			
	Nota	2024	2023	Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
Lucro líquido do exercício		32.481	28.241	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Outros resultados abrangentes		-	-	Lucro líquido do exercício		32.481	28.241
Resultado abrangente total do exercício		32.481	28.241	Ajustes para:			
				- Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	16.740	8.445
				- Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	1.172
				- Provisão para perda de crédito esperada	9	231	705
				- Pis e Cofins diferidos		2.284	(815)
				- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(9.339)	(15.604)
				- Juros, correção monetária e custo de transação s/ debêntures e financiamento	12	83.137	68.346
				- Efeito da revisão tarifária periódica	10	-	37.317
				- Ativo de contrato - remuneração	10	(131.337)	(130.821)
				Total		(5.803)	(3.014)
				Variações em:			
				- Concessionárias e permissionárias		(875)	(523)
				- Ativo de contrato	10	105.739	101.483
				- Impostos e contribuições a recuperar		1.871	(3.990)
				- Outros impostos e contribuições a recuperar		152	123
				- Despesa antecipada		(3.067)	-
				- Outros ativos		5.663	(4.039)
				- Fornecedores		(92)	(2.697)
				- Salários e encargos a pagar		187	221
				- Outros impostos e contribuições a recolher		(640)	1.034
				- Encargos setoriais		444	424
				- Contas a pagar		(8.099)	(3.054)
				- Outros passivos		(5.884)	6.670
				Caixa gerado pelas atividades operacionais		89.596	92.638
				Impostos pagos sobre o lucro		(558)	(1.192)
				Debêntures - pagamento de juros	12	(8.391)	(8.066)
				Financiamentos - pagamento de juros	12	(5.030)	(3.656)
				Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		75.617	79.724
				Fluxo de caixa das atividades de investimento			
				Títulos e valores mobiliários - aplicações		(189.399)	(126.414)
				Títulos e valores mobiliários - resgates		225.335	175.702
				Caixa proveniente das atividades de investimento		35.936	49.288
				Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
				Financiamentos - pagamento de principal	12	(14.996)	(14.052)
				Financiamentos - custo de transação	12	-	(11.423)
				Debêntures - pagamento de principal	12	(2.518)	(1.976)
				Pagamento de dividendos	21 (c)	(94.012)	(101.504)
				Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(111.526)	(128.955)
				Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27	57
				Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		184	157

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)							
	Nota	Capital Social	Legal	Reservas de lucros fiscais	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto
Saldo em 31 de dezembro de 2022		161.600	9.737	-	29.262	210.552	-
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(29.262)	(64.366)	-
Lucro líquido do exercício	16 (b)	-	-	-	-	-	28.241
Reserva legal	16 (b)	-	1.412	-	-	-	(1.412)
Reserva de incentivos fiscais	16 (b)	-	-	3.232	-	-	(3.232)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	-	(5.899)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	-	17.698
Saldo em 31 de dezembro de 2023		161.600	11.149	3.232	-	146.186	17.698
Pagamentos de dividendos	16 (b)	-	-	-	-	(70.000)	(17.698)
Lucro líquido do exercício	16 (b)	-	-	-	-	-	32.481
Reserva legal	16 (b)	-	1.624	-	-	-	(1.624)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	-	(7.714)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	-	23.143
Saldo em 31 de dezembro de 2024		161.600	12.773	3.232	-	76.186	23.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Cielo Renováveis). **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão nº 02/2018 (Contrato) tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados do Piauí e Ceará, compostas pela: (i) linha de transmissão Parnaíba III - Tianguá II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 111 km, com origem na Subestação Parnaíba III e término na Subestação Tianguá II; (ii) linha de transmissão Acaraú III - Acaraú III, em 230kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Acaraú III e término na Subestação Acaraú III; (iii) Linha de Transmissão Ibiapina II - Tianguá II, em 230 kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Tianguá II; (iv) Linha de Transmissão, em 230kV, Ibiapina II - Piripiri, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Piripiri; (v) linha de Transmissão Piripiri - Teresina III, em 230kV, circuitos simples, primeiro circuito; (vi) SE Parnaíba III, novos pátios 500/230-13,8kV (6+1R)2 x 200 MVA, 230/138kV 2 x 150 MVA; pela SE Acaraú III, novos pátios 500/230-13,8kV (6+1R) x 250 MVA; (vii) Conexões de unidades de transformação; (viii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. São ainda de responsabilidade da transmissora: a implementação de dois trechos de Linha de Transmissão em 500 kV, circuitos simples, compreendido entre a Subestação Tianguá II e os pontos de seccionamento da Linha de Transmissão em 500kV Teresina II - Sobral III, segundo circuito, as entradas de linha correspondentes na Subestação Tianguá II, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Teresina II e Sobral III. Os equipamentos com as respectivas garantias de seus fornecedores e instalações descritas na Subcláusula anterior deverão ser transferidos sem ônus à concessionária de transmissão da linha seccionada, Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN), conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004. Em 08 de novembro de 2021 a Companhia obteve o termo de liberação definitivo e entrou em operação comercial na sua totalidade, e passou a receber 100% da receita anual permitida. O Contrato foi assinado no dia 8 de março de 2018 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 8 de março de 2048. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP)** - A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348 de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 120.163 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 em conjunto com Despacho nº 4.675 de 5 de dezembro de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 115.290 para o ciclo de 2023-2024). Um aumento aproximado de 4,23%, decorrente principalmente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2023-2024 e as próximas revisões estão previstas para o ciclo 2028-2029, 2033-2034, 2038-2039, 2043-2044 e 2048-2049. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 1 de abril de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.3) e análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda esperada de crédito (nota explicativa 22) e reconhecimento de provisões para passivos contingentes (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não são aplicáveis.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	
A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. 6.1 Títulos e valores mobiliários circulante e não circulante - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures. 6.2 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor	

(a) Conforme nota explicativa 1.3, em 2023 a RAP da Companhia foi



Continuação



SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 29.554.549/0001-00

da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro,

já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.

 KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7